

## O ESPAÇO DE APRENDIZAGEM NA PRIMEIRA INFÂNCIA: NO RITMO DA CADEIRA DE BALANÇO

**Andréia de Lima<sup>1</sup>, Érika Bogarte<sup>2</sup>, Janine Coutinho<sup>3</sup>, Janete Aparecida de Lima<sup>4</sup>, Najla Núbia Gomes de Faria<sup>5</sup>, Matilde Dias L. Marcondes<sup>6</sup>, Vera Lúcia Catoto Dias<sup>7</sup>**

<sup>1</sup>Univap / ISE – Instituto Superior de Educação - Rua Tertuliano Delfim Jr., 190 – Jd. Aquarius – São José dos Campos / SP - [andreiapsic@hotmail.com](mailto:andreiapsic@hotmail.com)

<sup>2</sup>Univap / ISE – Instituto Superior de Educação - Rua Tertuliano Delfim Jr., 190 – Jd. Aquarius – São José dos Campos / SP - [ericaborgatisjc@yahoo.com.br](mailto:ericaborgatisjc@yahoo.com.br)

<sup>3</sup>Univap / ISE – Instituto Superior de Educação - Rua Tertuliano Delfim Jr., 190 – Jd. Aquarius – São José dos Campos / SP - [janinecoutinho@uol.com.br](mailto:janinecoutinho@uol.com.br)

<sup>4</sup>Univap / ISE – Instituto Superior de Educação - Rua Tertuliano Delfim Jr., 190 – Jd. Aquarius – São José dos Campos / SP - [jalima@telefonica.com.br](mailto:jalima@telefonica.com.br)

<sup>5</sup>Univap / ISE – Instituto Superior de Educação - Rua Tertuliano Delfim Jr., 190 – Jd. Aquarius – São José dos Campos / SP - [--matildesjc@gmail.com](mailto:--matildesjc@gmail.com)

<sup>6</sup>Univap / ISE – Instituto Superior de Educação - Rua Tertuliano Delfim Jr., 190 – Jd. Aquarius – São José dos Campos / SP

<sup>7</sup>Univap / ISE – Instituto Superior de Educação - Rua Tertuliano Delfim Jr., 190 – Jd. Aquarius – São José dos Campos / SP - [vcatoto@univap.br](mailto:vcatoto@univap.br)

**Resumo:** Este trabalho centra-se na Educação Infantil e trata do atendimento de crianças até seis anos, fundamenta-se em: (HADDAD 1991, *apud* ZANCONATO 1996); (CAMPOS, 2001); (KUHLMANN, 1998); entre outros, tendo como objetivo investigar a relação entre o planejamento e a prática, presente na proposta educacional de uma instituição localizada no município de São José dos Campos. O Programa Social, universo da investigação atende à Infância na faixa de 0 a 6 anos, sendo que a captação de recursos são provenientes de parceria público-privado. A metodologia utilizada no trabalho centrou-se em pesquisa qualitativa em educação do tipo estudo de caso (ANDRÉ, 2001), ao identificar uma instituição específica. A investigação possibilitou que fossem identificadas, a partir de situações reais, vivências do cotidiano da sala de aula, como contribuições de qualidade no desenvolvimento da aprendizagem das crianças em relação à organização do espaço físico-pedagógico da instituição.

**Palavras-chave:** Educação Infantil, Currículo, Aprendizagem.

**Área do Conhecimento:** Ciências Humanas

### Introdução

Durante séculos a criança não ocupou lugar na própria sociedade e nem tão pouco a infância era reconhecida. A preocupação com esta indefinição iniciou nos séculos XVII e XVIII. (KUHLMANN, 1998).

No Brasil a elaboração de programas em defesa da infância, realizados pelo Estado, ocorreu somente no século XX quando: *a creche apareceu como um projeto na construção de uma nova sociedade. Onde a idéia de educação não é mais exclusividade das famílias e nem uma ação individual, mas uma responsabilidade da sociedade* (HADDAD 1991, *apud* ZANCONATO 1996, p. 17).

Conseqüentemente ampliou-se o olhar da sociedade para a necessidade de respaldo jurídico que assegurassem os direitos da criança.

Todas as mudanças sociais, políticas e econômicas culminaram com a homologação de Lei Federal nº 8069/90, que trata do Estatuto da

Criança e do Adolescente, ECA. O conteúdo da Lei fomentou pensar Programas de Complementação Escolar visando não só garantir acesso ao conhecimento, mas também à qualidade de vida, saúde, moradia, oportunidades de emprego, pela conquista de espaços sociais que lhe auxiliem na superação de carências mais emergentes.

O processo histórico da luta da sociedade brasileira pela defesa dos direitos da criança promoveu discussões de projetos que contemplassem a demanda desta faixa etária, criando assim, através da Lei nº 3676 o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em seguida a Lei Orgânica do Município (1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96), viabilizando através da Educação Básica a possibilidade da formação do sujeito, instrumentalizando-o ao pleno exercício da cidadania e da solidariedade.

Para oportunizar uma formação desta natureza, foi necessário que a instituição de atendimento à infância também se organizasse nos aspectos: administrativos e pedagógicos para contribuir com sua parcela na mudança da sociedade ou mesmo minimizando a situação real. Respalda-se nas orientações da LDBEN, no art.30, onde se encontra que; a *Educação Infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças até três anos de idade; II- pré- escolas para crianças de quatro a seis anos de idade.*

As crianças brasileiras até seis anos, descendentes das classes populares, provenientes de famílias monoparentais, buscam na lei o direito ao acesso e a educação de qualidade.

As mães trabalhadoras que não conseguem vagas para seus filhos em instituições públicas de atendimento à criança pequena são forçadas a deixá-los em situação de vulnerabilidade. Este resultado faz parte de um caminhar histórico, amplamente denunciado, povoado por toda sorte de violência, desrespeito, indignação.

Assim sendo foi identificada uma instituição localizada no município de São José dos Campos parceira da SME/SJC, fundada em 1983, pela sociedade civil, inicialmente como um orfanato, mudando em seguida sua razão social para abrigo. Atualmente, reconhecida como órgão não governamental, sem fins lucrativos, políticos ou religiosos.

As alterações apresentadas pela instituição foram ocasionadas pelo direcionamento da LDBEN, pós 1996, quando a Educação Infantil, passou a integrar a Educação Básica como primeira etapa de escolaridade, pois por muito tempo o senso comum visualizou que; *A Educação Infantil, creche e pré-escola,...como local voltado ao simples atendimento Assistencial, ou seja, como estratégia para combater a pobreza e resolver problemas ligados à sobrevivência das crianças.* (RCNEI, 1998, p. 17).

Urge uma nova visão voltada para Educação Infantil ampliando suas funções, ultrapassando os limites do atendimento meramente assistencial para por em prática um trabalho pedagógico fundamentado no desenvolvimento do aluno, que se realiza através de propostas educacionais onde veiculam concepções sobre crianças como: educar, cuidar e aprendizagem, cujos fundamentos devem ser considerados de maneira explícita.

Posterior a Lei da Educação surge o projeto Centro Comunitário de Convivência Infantil, CECOI, implantado pela Secretaria Municipal de Educação, de São José dos Campos em 2004, cuja premissa era fomentar a participação da comunidade na solução dos problemas sociais. Assim, todo suporte técnico-pedagógico passou a

ser viabilizado pelo Município respaldado por uma auditoria realizada mensalmente no local. A aproximação com este novo espaço educativo, fruto da parceria público-privado instigou-nos pela análise da concepção de currículo presente na proposta educacional, com ênfase no desempenho da equipe que atua no local, afinal uma ação, exige a presença de sujeitos que a viabilizem com sua práxis.

Dentre os objetivos colocados em prática por esta Unidade Escolar, percebe-se o envolvimento de um conjunto formado por direção, funcionários e posteriormente elencados como metas, dentre as quais se destacam: a melhoria do desempenho da Unidade Escolar; o enriquecimento da prática pedagógica; o investimento e a viabilização de melhorias nas dependências físicas; desenvolvendo assim, um trabalho contínuo juntamente com a comunidade.

As abrangências destas metas norteiam a ação pedagógica em direção a uma educação do sujeito viabilizado por propostas de trabalho utilizadas no dia -a -dia.

A organização do espaço físico é privilegiado, bem elaborado em relação às instalações, possibilitando um bom atendimento aos alunos como para os profissionais que atuam nesta Instituição. *A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidado significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades.* (RCNEI, 1998, p.24).

Os materiais pedagógicos existentes na escola viabilizam o atendimento da demanda desta população em relação à aprendizagem. O cuidado em oferecer uma alimentação saudável é orientado e supervisionado por uma nutricionista, que elabora o cardápio específico a cada faixa etária. A equipe investe com sua criatividade para modificar alguns hábitos alimentares com o intuito de que a criança perceba-se respeitada, em suas preferências.

A Declaração Mundial sobre Educação para todos pontua: as necessidades básicas da escola, como sendo; além da leitura, expressão oral/escrita, cálculo, resolução de problemas, outras formas de saberes que viabilizem o desenvolvimento pleno da criança.

Assegurando este direito temos o artigo 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: *A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.*

O corpo docente da Instituição é composto por profissionais que atendem a legislação específica, sendo a direção exercida por uma Pedagoga. Conforme LDBEN 9394/96 no Art. 62 A

*formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio; na modalidade Normal.*

A práxis do educador é norteada por planos de aula que se encontram registrados na Secretaria Municipal de Educação. O acompanhamento e a implantação do projeto é realizado pelo setor de Supervisão Escolar e pela Coordenadoria Pedagógica da Educação Infantil, garantindo o cumprimento das exigências legais, orientando em eventuais dificuldades e dúvidas. Os docentes são continuamente motivados a participarem capacitação para ampliarem seus conhecimentos.

*Para que ocorra um trabalho de qualidade é preciso que os profissionais estejam comprometidos com a prática educativa* (RCNEI, 1997, p.28).

## **Metodologia**

Como tentativa de romper com esta realidade a Secretaria Municipal de Educação de São José dos Campos, pelo projeto de parceria com instituições sociais de atendimento à criança pequena, objetivou a superação da problemática. A investigação realizada ao longo do primeiro semestre de 2007, pelas alunas na disciplina planejamento e gestão de projetos escolares e não escolares assumiu a responsabilidade de comparar a efetiva integração entre a teoria e a prática no atendimento de crianças até seis anos de idade.

Assim sendo foi identificada uma instituição localizada no município de São José dos Campos parceira da SME/SJC, fundada em 1983, pela sociedade civil, inicialmente como um orfanato, mudando em seguida sua razão social para abrigo. Atualmente, reconhecida como órgão não governamental, sem fins lucrativos, políticos ou religiosos.

O primeiro contato com a instituição foi pelo estudo conjunto do Projeto Político Pedagógico, que como documento principal se encarrega de apresentar a instituição e seus representantes, assim como a proposta pedagógica que norteia a concepção de educação.

A próxima etapa foi identificar a concepção de planejamento e em seguida foi a identificação de atividades diárias, de ações, da organização do espaço físico, dentre outras que pudesse facilitar a efetiva transposição do planejado.

Uma vez presentes na instituição, nossa investigação foi norteada por um instrumento elaborado como roteiro de trabalho, tendo como

objetivo o entrecruzamento das atividades planejadas e das atividades desenvolvidas no cotidiano da sala de aula e da instituição.

## **Resultados e discussão**

A criança é influenciada pelo meio, sendo sujeito transformador dele, para tanto, torna-se necessário propor a ela uma ação educativa que integre: cuidados, ofereça oportunidades, permita o levantamento de hipóteses e construção conhecimentos. (Piaget, 2001).

Estas situações de aprendizagem desvelaram o quanto os profissionais de educação infantil que atuam na instituição pesquisada consideram seus alunos, suas histórias sociais, seus sonhos e interesses. Na comparação entre as atividades planejadas e as atividades realizadas no cotidiano da sala de aula, foi possível vivenciar a plena integração entre a teoria e a prática presente nos fazeres pedagógicos propostos pela equipe, como; os cantinhos de profissões, onde as crianças aprendem de forma significativa valorizando o trabalho da escola viabilizada pelo currículo que leva em conta a sua realidade, vivenciando a troca de papéis, imitando inicialmente os adultos que fazem parte de seu contexto, re-significando sua aprendizagem.

A roda de conversa é uma atividade de aprendizagem que não “engessa” a criança, possibilitando que ela verbalize e troque idéias. Nela as relações se estabelecem, podendo ser permeadas pela afetividade, onde todos podem se ver, ouvir e falar. Estas discussões giram em torno de vários assuntos, novidades trazidas de casa, relatos de sua história de vida, acontecimentos, questionamentos, combinações de regras, organização de trabalho coletivo, apresentação de música e outros.

As colocações de cada aluno podem ser assinaladas pelo professor como possibilidade de pesquisa para abordar outros assuntos. Percebe-se que as vivências destes fatos auxiliam também na construção da auto-estima, ampliando conhecimentos relacionados às diversidades culturais, mobilizados pelas brincadeiras através do lúdico, valorizando o trabalho cooperativo, respeitando os ritmos e particularidades de cada criança.

Nesta idade o desafio maior é possibilitar a escuta do ponto de vista do outro e coordenar suas próprias idéias considerando-as do grupo. As vivências destes momentos nortearam o desenvolvimento do trabalho docente e sua flexibilidade nas ações decorrentes do que for combinado com o grupo.

Esta leitura nos possibilita reconhecer que este currículo se enquadra no construtivismo (crítico), pois a todo instante percebemos ações

comuns entre os professores que utilizam o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil para nortear seus trabalhos em sala de aula.

Na Educação Infantil a motricidade é um dos primeiros pontos a ser trabalhado com a criança. O intuito deste investimento oportuniza uma apropriação da própria postura corporal implicadas nas atividades cotidianas e nas atividades voltadas para a ampliação e domínio de novas formas para manifestar suas expressões e mobilidade.

A música, também é recurso precioso que enriquece o repertório da criança como forma de expressão, cantar e ouvir músicas pode desenvolver e despertar interesses futuros.

A aplicabilidade do aprendizado da língua oportuniza ao docente considerar os conhecimentos prévios do aluno como base para intervir de maneira que este seja capaz de estabelecer relações com os colegas, construindo e ampliando seu repertório, respeitando as diferenças culturais existentes. As estratégias de leituras são gradativamente apresentadas ao educando oportunizando sua apropriação das quatro competências básicas: falar, escutar, ler, escrever favorecendo seu acesso ao mundo letrado.

Em relação às noções de matemática elas iniciam com a vivência de atividades rotineiras (situações-problema) permeadas pelo lúdico, como contar sua idade, marcar e controlar os pontos de um jogo, repartir as balas entre os colegas dentre outros.

É sabido que é da natureza da criança questionar sobre temas que desconhece como se pudesse absorver e responder sobre o mundo que a cerca, logo, natureza e sociedade são eixos de trabalho pertinentes que ampliam a compreensão do social e do mundo na qual esta inserida.

O repertório de conhecimentos da criança é um investimento realizado por docentes comprometidos com uma formação integral possível de ser inserida por atividades diversificadas, onde as crianças têm oportunidade de escolher livremente, aprendendo a responsabilizar-se por elas e pelos materiais utilizados. Esse tipo de atividade possibilita ao professor observar as preferências das crianças, a forma como se organizam, desenvolvem suas diferentes atividades, se apropriam da autonomia e expressam sua criticidade frente ao que lhe é oferecido.

## Conclusão

A garantia da efetiva orientação legal na implantação do atendimento da criança até seis anos de idade, na Educação Infantil como primeira etapa de escolaridade, sendo de total

responsabilidade dos municípios, ainda encontra problemas quanto às questões relacionadas ao financiamento e recursos.

Urge nos dias atuais a criação de projetos e espaços educativos que articulem a formação da criança como sujeito reflexivo, autônomo para decidir rumos diferentes para nosso país no que tange a Educação.

A parceria estabelecida entre instituições configurada público-privado, proposta pela SME/SJC, no atendimento dessa faixa etária trouxe um novo formato de parceria, que perpassa o ambiente da instituição e alcança a comunidade. A qualidade e competência dos profissionais de educação envolvidos contribuem sobremaneira com o projeto. Somente profissionais desta extirpe podem oportunizar a diferença na educação de crianças na primeira infância.

## Referências

- ANDRÉ, M. **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: São Paulo: Saraiva 2003.

\_\_\_\_\_ **Estatuto da Criança e do Adolescente**- Lei Federal 8.069/1990

\_\_\_\_\_ **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 de 20/12/96

\_\_\_\_\_ (1998) Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF.V.1

- CAMPOS, M. M. **Creches e Pré-escolas no Brasil**. São Paulo, SP: Cortez, 2001.

- KUHLMANN Jr, M. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre, RS: Mediação, 1998.

- ZANCONATO, M.Z.F. **Relação Berçarista e Prática**. Bauru, SP: Edusc, 1996.